

Relatório de Atividades

BRASIL
2009





*Missão: conservar as plantas,
os animais e os ecossistemas,
que formam a diversidade da
vida na Terra, protegendo os
recursos naturais de que eles
necessitam para sobreviver.*

The Nature Conservancy – Brasil	4
Onde Estamos	5
Mensagem da Representante Nacional	6
Conselho Consultivo - TNC Brasil	7
Agronegócio	8
Áreas Protegidas	14
Água	18
Conservação em Terras Indígenas	24
Clima	28
Restauração Florestal	32
Ciência	34
Parceiros	38
Demonstrações Contábeis	40
Contatos e Expediente	44

THE NATURE CONSERVANCY BRASIL

A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização sem fins lucrativos voltada para a conservação ambiental que aceitou entender os grandes problemas de nossa geração e encontrar soluções para o desafio de proteger os ecossistemas naturais de forma integrada com o desenvolvimento econômico e social.

Com estratégias construídas sobre uma sólida base científica – que permite definir ações e medir resultados –, a TNC trabalha pela conciliação entre as partes envolvidas nas questões ambientais. Esse consenso entre os diferentes setores tem contribuído para resultados duradouros na conservação ambiental.

Criada em 1951, a TNC trabalha em mais de 30 países e já ajudou a proteger mais de 48 milhões de hectares de terras e mais de 8 mil quilômetros de rios no mundo todo. Dos 20 países nas Américas onde trabalha até China, Mongólia, Austrália, Indonésia, Quênia, Moçambique e outros, a TNC possui diversas parcerias para a proteção dos diferentes habitats, de bosques tropicais a recifes de corais.

As várias estratégias e os variados programas executados pela organização, em 2009, no Brasil contaram com uma equipe de 75 funcionários e seis estagiários – dos quais 74 brasileiros – para garantir resultados sociais e econômicos positivos, de forma integrada, para a biodiversidade. Seus cinco escritórios no Brasil servem de base para os projetos no campo e para o contato com os parceiros locais. A TNC também trabalha com uma extensa rede de parceiros (mais de 160 em 2009), entre comunidades locais, governos, empresas e outras ONGs, para atingir um objetivo em comum: a resolução dos desafios ambientais atuais.



- Locais de atuação da TNC
- Escritórios da TNC

1. Terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos/RR
2. Terras indígenas Oiapoque/AP
3. Manaus/AM
4. Santarém e região/PA
5. Paragominas/PA
6. São Félix do Xingu, Tucumã e Água Azul do Norte/PA
7. Novo Progresso/PA
8. Cotriguaçu/MT
9. Bacia Hidrográfica do Rio Xingu/MT
10. Lucas do Rio Verde/MT
11. Bacias hidrográficas dos rios São Lourenço e Cuiabá/MT e MS
12. Patrimônios naturais do Pantanal/MT e MS
13. Angélica/MS
14. Produtor de Água na Bacia Hidrográfica do Píripai/DF e GO

15. Serra do Tombador/GO
16. Oeste da Bahia/BA
17. Serra das Almas/CE
18. Corredor Nordeste/AL, PB, PE e RN
19. Corredor Central da Bahia/BA
20. Bacia Hidrográfica do Rio Doce/ES e MG
21. Bacia Hidrográfica do Rio Guandu/RJ
22. Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul/MG, RJ e SP
23. Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari (PCJ)/SP
24. Área Protegida em Guaraqueçaba/PR
25. Floresta com Araucárias/PR e SC
26. Sistema de Sustentabilidade Financeira das Unidades de Conservação/ES, MG, PR, RJ e RS

MENSAGEM DA REPRESENTANTE NACIONAL

O ano de 2009 foi de mudanças de escala na agenda ambiental do Brasil e do mundo, o marco referencial para um novo tempo. A Convenção da ONU para Mudanças Climáticas, que aconteceu em Copenhague, atraiu mais representantes de Estado e mais atenção da mídia do que em qualquer outro tempo. O governo brasileiro aprovou metas de redução de emissões de carbono para a atmosfera, a criação do Fundo Nacional do Clima, a entrada em funcionamento do Fundo Amazônia e a manutenção do histórico recente de redução do desmatamento na Amazônia. Em direção contrária, mas também indicando o crescimento da agenda ambiental, o Congresso Nacional criou uma Comissão Especial para rever o Código Florestal, principal legislação de conciliação entre produção, desenvolvimento e conservação.

Na TNC, acompanhamos esse movimento. Em 2009, aprovamos o maior financiamento que a TNC já obteve para projetos de conservação no Brasil, no BNDES/Fundo Amazônia. Com o Fundo Amazônia e a cooperação com estados e o Ministério do Meio Ambiente, além de alguns importantes apoiadores privados, caminhamos para a aplicação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como ferramenta de regularização ambiental da agropecuária no País em mais de uma centena de municípios – uma mudança significativa de escala, que pudemos construir com base nos projetos piloto de Lucas do Rio Verde (MT) e da região de Santarém (PA), além dos bons resultados obtidos no oeste da Bahia. A base para essa alavancagem na escala de nossa atuação foi o Decreto do Mais Ambiente, do governo federal, que instituiu o CAR e reconhece a necessidade de concessão de prazo para a regularização da produção rural, como temos demonstrado nos últimos anos. Esperamos que a revisão do Código Florestal não afete negativamente esses progressos.

Na agenda do Pagamento por Serviços Ambientais, além do subsídio técnico para a discussão de uma lei no Congresso Nacional que organize e coordene essas agendas nos estados, passamos do projeto implementado em Extrema (MG) para cinco outras localidades. Ajudamos a fazer da remuneração pela floresta em pé – produtora de água para a população – uma realidade.

A agenda indígena também avançou um importante degrau. Com a aprovação do GEF Indígena, a comissão interministerial para formulação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas ganhou um instrumento financeiro que amplia as suas perspectivas e a viabilidade de consultas públicas em todo o País. Enquanto isso, o Centro Amazônia de Formação Indígena (Cafi) continua capacitando mais alunos, com formação densa e diversa sobre políticas públicas, orçamento público e gestão ambiental.

Os resultados alcançados e a escala que o trabalho da TNC ganha no Brasil são a recompensa pelo trabalho intenso de toda a nossa equipe. Em nome de todos os nossos colaboradores, agradeço o suporte inspirador e orientador dos conselheiros da TNC no Brasil. Aos leitores, agradeço o interesse e convido cada um para desfrutar o mundo mais sustentável que todos, juntos, ajudamos a construir.

Boa leitura!
Ana Cristina Barros
Representante Nacional
The Nature Conservancy

CONSELHO CONSULTIVO TNC BRASIL*

O Conselho Consultivo da TNC, no Brasil, é constituído por executivos de finanças, indústria, mídia, comunicação, advocacia, comércio, meio ambiente e agricultura que se destacaram em seus segmentos. Eles participam ativamente da criação das estratégias e da tomada de decisão. Em 2009, a presidência do conselho foi assumida por Werner Grau Neto, tendo seu antecessor, Mark R. McMahon, assumido como vice. Andrew Gunther, do IFC (International Finance Corporation/Banco Mundial), também integrou o grupo em 2009.

Werner Grau Neto
Presidente do Conselho

Mark R. McMahon
Vice-presidente do Conselho

André La Saigne De Botton
Presidente, SPA Brasil / ACV Comércio e Participações

Andrew Gunther
Gerente Geral para o Brasil, IFC/Banco Mundial

Antônio Fernando Vilas Boas Russo
Diretor, Accrex Gestão de Recursos

Claudia Costin
Secretária de Educação, Prefeitura do Rio de Janeiro

Daniel Feffer
Vice-presidente Corporativo, Suzano Holding

Daniel Parke
Diretor Geral, Agência Estado

Luiz Carlos Calil
Presidente, Caterpillar, Brasil

Luiz Otavio Possas Gonçalves
Presidente, Comercial Regon Ltda

Marcelo Naigeborin
Diretor de investimentos, Morgan Stanley no Brasil

Randolph Freiberg
Diretor, Opus Electra Private Equity Fund Brasil

Roberto Proença de Macedo
Vice-presidente, J.Macedo Comércio, Administração e Participações

Roberto Rodrigues
Coordenador do Centro de Agronegócios, Fundação Getúlio Vargas

Thomas Zinner
Membro do conselho

*Conselho Consultivo no Brasil em junho de 2010.



AGRO

NEGÓCIO

Considerado uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo, o Brasil conta com uma legislação ambiental que traz uma grande oportunidade para conciliar os critérios socioambientais com a produção, mostrando ao planeta que essas duas questões não são excludentes. O Código Florestal, vigente desde 1965, prevê a conservação de parte das terras de uma propriedade em Reserva Legal, além da preservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), como topos de morros, encostas e áreas ciliares. Esse tem sido o foco do trabalho da TNC, quando o tema é o agronegócio. Mapear propriedades, identificar passivos e trazer o agricultor para a conformidade com a lei, ao ajudá-lo a recuperar e conservar essas áreas, têm trazido resultados importantes para a conservação e a biodiversidade.

Controle de desmatamento e de conservação da biodiversidade da Amazônia

Doze municípios da Floresta Amazônica e do Cerrado, em área de mais de 120 mil km², serão adequados ao Código Florestal, num prazo de três anos, por meio do projeto Adequação Ambiental da Propriedade Rural: Controle de Desmatamento e de Conservação da Biodiversidade da Amazônia Legal. Durante seus três anos de duração, o Fundo Amazônia destinará em torno de R\$ 16,3 milhões ao projeto, e a TNC, R\$ 2,9 milhões. Lançado em 2009, o projeto visa promover o controle dos desmatamentos e das emissões de carbono associadas por meio da adequação ambiental das propriedades rurais em regiões prioritárias do Pará e de Mato Grosso.

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Pautado na experiência da TNC em projetos executados em Lucas do Rio Verde (MT), em Santarém (PA) e na bacia do rio São Lourenço (MS), o governo brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), institucionalizou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para efetivar o Código Florestal no País. Assim, a partir de 2009, passou a existir uma política de implementação para que o produtor rural busque a adequação ambiental de suas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL). Os esforços de 2009 foram voltados para a captação de recursos privados e públicos para a implementação do CAR em vários municípios e estados brasileiros: Sorriso (MT), Taguatinga (TO), Tombador/Veadeiros (GO), Oeste da Bahia (BA) e Alto Vale do Itajaí (SC), totalizando uma área com potencial de conservação de 1,8 milhão de hectares. Como resultado desse trabalho, o BNDES criou uma linha de crédito específica para financiar a implantação e a restauração das RLs.



Oeste da Bahia

No projeto Oeste da Bahia já foi realizado o cadastramento de 250 mil hectares, em cerca de 250 propriedades, em 2009. O trabalho da TNC contribuiu para o mapeamento do uso do solo de 6,4 milhões de hectares e a criação de um arcabouço legal que facilita a legalização ambiental da propriedade, com a edição de quatro legislações: uma lei, um decreto, uma instrução normativa e uma portaria. Também foram assinados acordos de cooperação técnica com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), a Agrifirma e a Prefeitura Municipal de Luis Eduardo Magalhães. O projeto tem o objetivo de fazer a adequação ambiental das propriedades rurais em 8,6 milhões de hectares, em dez municípios do oeste da Bahia.

Em 2009, a TNC obteve o apoio estratégico do Fundo Vale ao Combate do Desmatamento Ilegal na Amazônia para o Desenvolvimento Sustentável para fortalecer sua estratégia de conservação em terras privadas em Paragominas e São Félix do Xingu, além de replicá-la em dois outros municípios estratégicos da Amazônia: Altamira e Novo Progresso.



Lucas do Rio Verde

Cerca de 80% dos 4 mil hectares identificados como Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas e isoladas logo no início do projeto, em 2007, já estão com dois anos de regeneração natural ou de replantio de mudas de árvores nativas. Em 2009, foram inseridas as primeiras propriedades do município no sistema do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado. O projeto Lucas do Rio Verde Legal nasceu da percepção dos dirigentes locais de que não se pode ignorar o meio ambiente quando se pensa no mercado internacional de alimentos, principal atividade econômica do município. A construção de parcerias estratégicas entre poder público, iniciativa privada e organização não governamental viabilizou o projeto, que é pioneiro no Brasil. A iniciativa é da Prefeitura de Lucas do Rio Verde e da The Nature Conservancy (TNC), com o apoio de Syngenta, Fiagril, Sadia, Instituto Sadia de Sustentabilidade, Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Fundação Rio Verde, Ministério Público e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

Paragominas

Paragominas, em 2009, teve o registro de mais de 80% de seu território no Cadastro Ambiental Rural e o desmatamento reduzido em sua extensão, avançando nos critérios definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para que um município deixe a lista dos maiores desmatadores da Amazônia. O avanço foi possível graças à adoção da estratégia de adequação ambiental em um esforço conjunto da TNC com o Imazon, a prefeitura municipal, o Sindicato dos Produtores Rurais e diversas entidades de classe locais.

São Félix do Xingu

Desde 2009, a TNC vem promovendo a adequação ambiental do município de São Félix do Xingu (PA), o segundo maior município brasileiro, por meio da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da promoção de cadeias produtivas responsáveis na região. Nos primeiros seis meses de execução do projeto, a TNC viabilizou o cadastro de 517 propriedades, em uma área de cerca de 900 mil hectares. Antes do projeto, apenas 13 propriedades estavam no CAR. O projeto é desenvolvido em conjunto com a prefeitura municipal, o Sindicato dos Produtores Rurais e diversos outros parceiros estratégicos, como o frigorífico Frigol. Também no município de São Félix do Xingu, a TNC avançou no desenvolvimento de um de seus dois projetos piloto de REDD no Brasil.

Soja + Verde

Em 2009, o projeto Soja + Verde recebeu o apoio financeiro da Syngenta e da Amaggi para sua implantação em Sorriso. A base cartográfica desse município, de 934.500 hectares, foi finalizada, o que representa o primeiro passo em direção ao Cadastro Ambiental Rural. O Soja + Verde foi lançado em dezembro de 2007 pelo governo estadual de Mato Grosso, em parceria com a Associação dos Produtores de Soja do Estado (Aprosoja) e a TNC, com o objetivo de promover a produção sustentável de soja no estado via adequação ambiental de 100% das propriedades. Esta adequação assegura que as propriedades sejam licenciadas e monitoradas pelo órgão ambiental do Estado, livres da constante insegurança de punições (multas, notificações e embargos) por parte dos órgãos de controle ambiental em seus diferentes níveis. Assegura também que a produção exportada de Mato Grosso cumpra os quesitos ambientais, o que representa um diferencial competitivo do setor e facilita a negociação para se obter melhores preços no mercado internacional. O Estado foi dividido em quatro polos de produção de soja, sendo o de Alto Teles Pires, com 13 municípios, o primeiro com atividades em campo.



Soja Responsável

Em 2009, a TNC deu continuidade ao projeto Soja Responsável. As propriedades que não seguiram critérios como Cadastro Ambiental Rural (CAR) emitido, ausência de desmatamento a partir de julho de 2006 e localização em áreas definidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da região como de consolidação e expansão foram excluídas da cadeia de fornecedores. O projeto também contribuiu para que o sistema de CAR avançasse em todo o Estado do Pará, uma vez que serviu de modelo para a sua implementação, ajudando a identificar custos e procedimentos necessários. Desenvolvido em parceria com a Cargill, o projeto busca adequar as propriedades ao Código Florestal, aperfeiçoar a localização da Reserva Legal (RL) e recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) das propriedades dentro do conceito de agronegócio/ produção sustentável. A TNC apoiou, ainda, a descentralização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema-PA), com a implantação de uma sede regional no município de Santarém (PA), apta a efetuar o cadastro dos produtores da região.



© Zé Palva

Alto Vale do Itajaí

Com um potencial de conservação de 140.000 hectares em uma área de 350.000 hectares de 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, a TNC vem replicando a lógica do Cadastro Ambiental Rural no contexto de pequenas propriedades, demonstrando que a legislação ambiental pode perfeitamente ser cumprida também nesse tipo de propriedade, garantindo a qualidade de vida dos proprietários e a conservação da biodiversidade. O trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) e o Ministério do Meio Ambiente.

As ações relativas à estratégia de terras privadas da TNC estão, em sua maior parte, interligadas com o incentivo a criação, gestão e conservação de áreas naturais em propriedades privadas, principalmente Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A TNC já ajudou a proteger mais de 25 mil hectares de Mata Atlântica e cerca de 3 mil hectares de Caatinga. Transformar parte de uma propriedade particular em uma reserva privada é algo voluntário e depende totalmente da vontade do proprietário, e programas de incentivo e apoio governamental são cruciais para o aumento da área de reservas criadas oficialmente no país. Já nas Unidades de Conservação, a TNC tem trabalhado para a criação e a consolidação dessas áreas em meio aos órgãos ambientais para garantir a sua sustentabilidade.

ÁREAS PROTEGIDAS



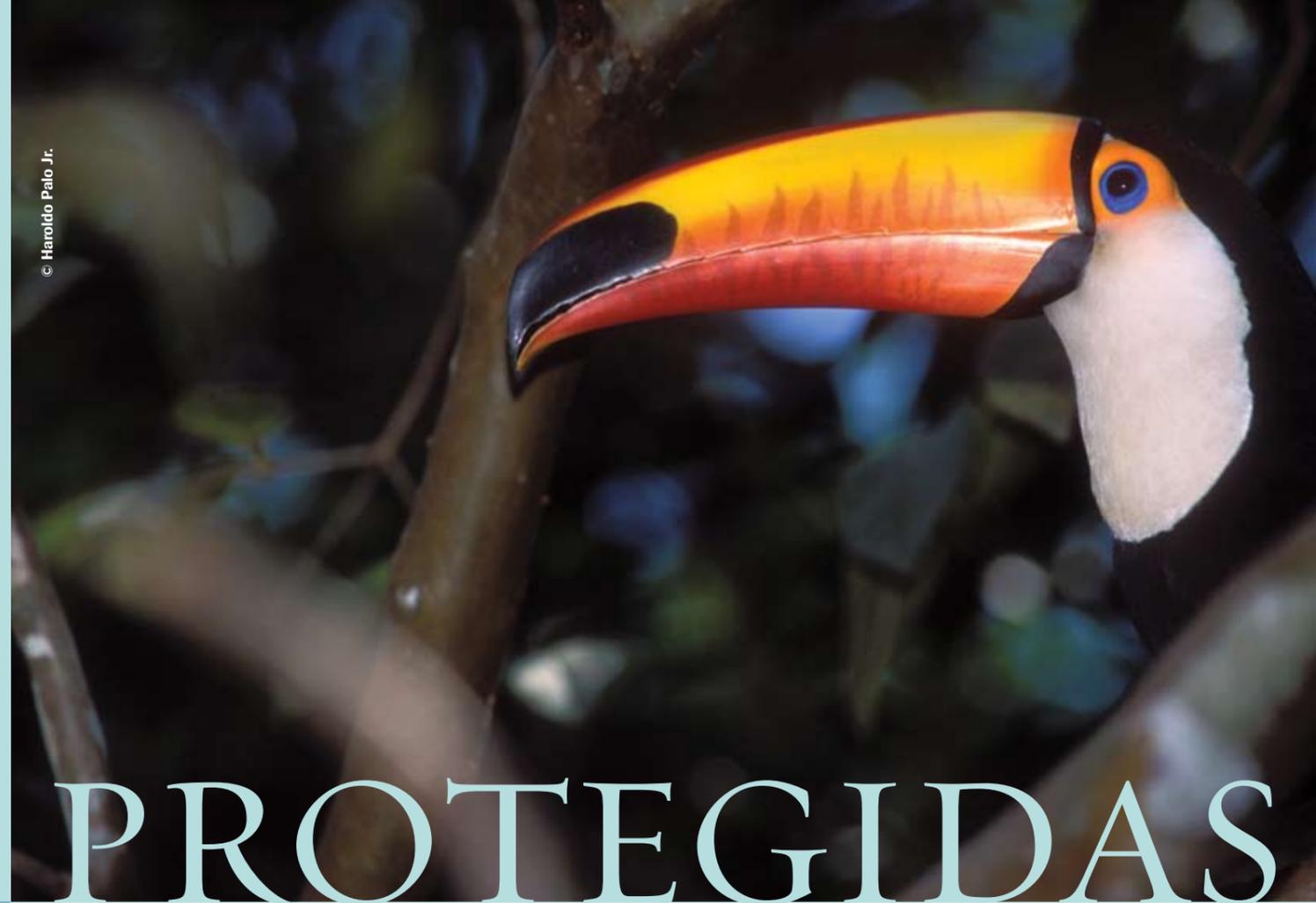
© Haroldo Palo Jr.

RPPNs na Mata Atlântica

Os sétimo e oitavo editais, lançados em 2009 pelo Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) da Mata Atlântica, destinaram, no total, R\$ 800 mil a cem projetos selecionados: 74 novas reservas serão criadas, protegendo 6.207 hectares; 15 planos de manejo ajudarão a conservar 8.387 hectares; e 11 planos de negócios sustentáveis ajudarão na conservação de outros 2.205 hectares do bioma mais ameaçado do Brasil. O Programa de Incentivo às RPPNs é coordenado pela Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, uma parceria da TNC com as ONGs Fundação SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional. Além do apoio à criação de RPPNs, por meio de lançamento de editais e projetos de Demanda Espontânea, são apoiados projetos de gestão de reservas (Planos de Manejo) e planos de negócios sustentáveis, que propiciam a geração de modelos de conservação em terras privadas.

Cadastro de RPPNs

A TNC contribuiu para a idealização e a concepção do cadastro nacional de RPPNs *online* – www.reservasparticulares.org.br –, que hoje é administrado pela Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN). O ano de 2009 terminou com o registro de 931 RPPNs criadas, o equivalente a 673 mil hectares de áreas protegidas de forma permanente.



© Haroldo Palo Jr.



© Adriano Gambarini

Aliança da Caatinga

Lançado em 2007, o Programa de Incentivo à Conservação em Terras Privadas na Caatinga foi criado com o objetivo de conservar o bioma por meio do incentivo à criação e à consolidação de reservas particulares e do fortalecimento da rede de associações. Em 2009, a TNC, pela Aliança da Caatinga, deu suporte para a criação de 16 novas reservas, num total de 18.000 hectares.

Novo monumento natural na Caatinga

A TNC investiu em estudos técnicos e em apoio para as visitas de campo que contribuíram para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criar o Monumento Natural do São Francisco, de 26.715 hectares, a mais nova unidade de conservação na Caatinga. A reserva protege parte do rio São Francisco e seus cânions, contribuindo para garantir água para os habitantes da região. O monumento foi criado como parte de uma parceria entre TNC e MMA, com o objetivo de criar 20 áreas protegidas na Caatinga até o ano de 2014.



© Leandro Baumgarten/TNC

Programa de Incentivo às Reservas Corporativas

Para incentivar o aumento na escala dos hectares conservados, a TNC desenvolveu uma estratégia que envolve diretamente os principais setores produtivos do País, detentores de áreas nativas de maior extensão e com maior suporte financeiro para a implementação e a manutenção de Reservas Privadas. O lançamento do programa ocorreu em 2009, a partir de um contrato de parceria com o Instituto Ecofuturo.

Mecanismos de Sustentabilidade de Reservas

A TNC capitaneou o site www.icmsecologico.org.br para estimular o repasse de recursos do ICMS Ecológico para os proprietários de RPPNs como forma de incentivo à manutenção destas reservas. O site foi lançado em 2009 e é o maior e mais completo portal eletrônico do Brasil sobre ICMS Ecológico – conjunto de critérios ambientais utilizados para determinar o quanto cada município receberá na repartição dos recursos financeiros arrecadados com o ICMS. O site traz diferentes exemplos que visam estimular que mais e mais municípios apoiem os proprietários de reservas, que acabam tendo um ônus com os custos de manutenção, vigilância e salvaguarda dessas áreas. Esse custo, muitas vezes, desanima o proprietário, que não consegue obter vantagens financeiras por ter criado a reserva – que, por lei, tem o uso restrito para pesquisa, visitação e turismo.

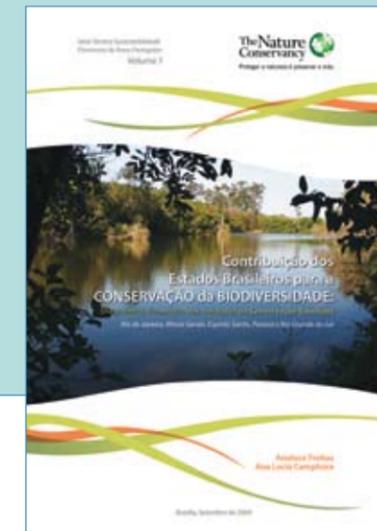


Diálogo Florestal

Em 2009, o Diálogo Florestal finalizou a organização dos dados das empresas florestais do Fórum do Sul e Extremo Sul da Bahia (Bahia e Espírito Santo), consolidados por meio do portal completo lançado no primeiro semestre de 2009 e intitulado Geoatlântica – www.bioatlantica.org.br/geoatlantica. Também se iniciou o desenvolvimento dos bancos de dados para os fóruns do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo, com a organização de mapas, imagens e dados.

O Diálogo Florestal é uma iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações ambientalistas com o objetivo de construir uma visão comum que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços e os resultados para a conservação das florestas nativas e do meio ambiente, gerando benefícios tangíveis para os participantes do diálogo e para a sociedade em geral. A TNC, em conjunto com outras ONGs e empresas, participa ativamente, desde 2003, da implementação do Diálogo Florestal.

Diagnóstico financeiro das Unidades de Conservação



A TNC lançou, no ano de 2009, a publicação “Contribuição dos Estados Brasileiros para a Conservação da Biodiversidade: Diagnóstico Financeiro das Unidades de Conservação Estaduais – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul”. O livro apresenta os resultados alcançados no apoio técnico, logístico e financeiro para o fortalecimento e o aprimoramento institucional da gestão financeira das UCs, dimensionando a necessidade de investimentos complementares para sua efetiva implementação.

Expansão de parque na Mata Atlântica

Em 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a TNC, expandiu a área do Parque Estadual dos Três Picos em 12.440 hectares, criando uma área total de 58.789,89 hectares. Três Picos é a maior área protegida da Mata Atlântica carioca, e o parque é uma atração turística para a região.



© Fabio Maiffei

A água é fonte de vida e de constante tensão. De um lado estão a demanda por energia elétrica nos centros urbanos, o uso industrial e doméstico de água, a irrigação e a pesca. Do outro, a escassez desse recurso natural e a enorme degradação de mananciais e rios. Uma realidade que leva a TNC a desenvolver uma estratégia que ajude a garantir água em quantidade e qualidade para esta e as futuras gerações, num trabalho contínuo que já conquistou vários resultados positivos em 2009.



© Haroldo Palo Jr.

ÁGUA

Produtor de Água no Sistema Cantareira PCJ

Concebido pela Agência Nacional das Águas (ANA), o programa Produtor de Água visa à remuneração para aqueles proprietários rurais que fornecem o serviço ambiental “água”, melhorando sua condição por meio da redução da erosão e do assoreamento de mananciais. Com a parceria da TNC, o Produtor de Água ganhou mais um componente para a remuneração – a biodiversidade –, passando a considerar também a restauração e a conservação das matas ciliares, importantes para sua manutenção. Além de ser replicado em outras localidades, o programa vem sendo implantado com sucesso no Sistema Cantareira, importante por abastecer 56% da água da Grande São Paulo, beneficiando mais de 9

milhões de habitantes, além de outros 5 milhões de pessoas nos municípios da bacia do rio Piracicaba. Esta ação é parte dos objetivos da Aliança dos Grandes Rios, projeto da TNC apoiado pela Fundação Caterpillar. Também em 2009, a TNC assinou, com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), um termo de cooperação para a recuperação, a conservação e a proteção da Mata Atlântica e do Cerrado. A parceria prevê a ampliação do Conservador das Águas, além da implantação da Servidão Florestal, de projetos de sequestro de carbono e de fundos para a criação, a estruturação e a gestão de unidades de conservação, entre outros.

Extrema (MG)

Em 2009, o Produtor de Água no Sistema Cantareira finalizou a fase de restauração florestal e conservação de solo na bacia das Posses, em Extrema (MG), onde foi implementado o Conservador das Águas. Foram cerca de 150 hectares de APPs restaurados, 17 quilômetros de estradas rurais recuperadas e mais de 37 quilômetros de cercas, conservando fragmentos florestais e nascentes. Cinquenta contratos de pagamento por serviços ambientais foram assinados na bacia, pelos quais mais de R\$ 150.000,00 foram pagos, somente em 2009, a proprietários rurais em função do serviço ambiental prestado pelas suas propriedades. Na bacia do Salto, de 4.700 hectares, 12 proprietários, em cerca de 520 hectares, já aderiram ao programa.

Joanópolis e Nazaré Paulista (SP)

No lado paulista do Sistema Cantareira, onde os pagamentos das bacias do Moinho, em Nazaré Paulista, e de Cancan, em Joanópolis, são realizados com recursos da Cobrança pelo Uso da Água captados pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, dez projetos executivos para 18 propriedades rurais, envolvendo ações de recuperação de áreas de preservação permanente, conservação de solo e conservação de florestas foram selecionados. Além de garantir a conservação de 70 hectares de solo e 40 de florestas e a restauração de 30 hectares de APPs, a implantação desses projetos irá gerar R\$ 37.000,00 a mais na renda desses proprietários, pelos serviços ambientais prestados por suas propriedades rurais.



© Haroldo Palo Jr.

Pagamento por Serviços Ambientais na bacia do Pipiripau (DF)

No ano de 2009, a TNC finalizou o diagnóstico ambiental para a implementação do Produtor de Água na bacia do Ribeirão Pipiripau, divisa do Distrito Federal com Goiás. Foram identificados 1.632 hectares que deverão ser restaurados e 4.316 hectares de remanescentes com vegetação nativa que devem ser preservados. Com base nesses números, foi possível estabelecer as metas de conservação e restauração para a bacia e definir a estratégia de implementação do projeto, que será viabilizado por meio de um arranjo institucional que reúne, além da Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF), a Universidade de Brasília (UnB), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), o Banco do Brasil, o Instituto Brasília Ambiental (Ibram), a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e o Serviço Social da Indústria (Sesi).

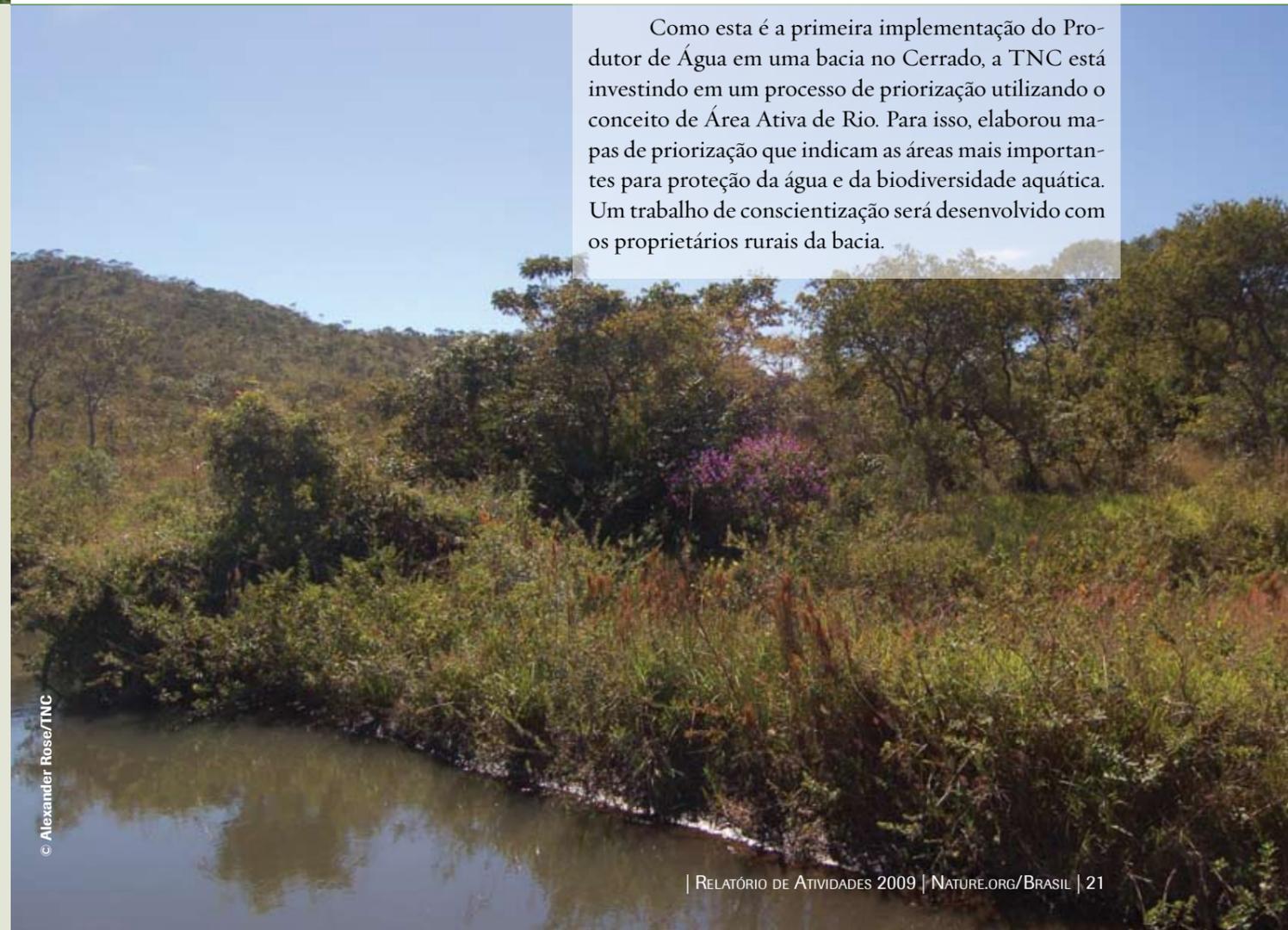


Pegada hídrica

Para disseminar o conceito de pegada hídrica – um indicador do uso direto e indireto da água – e ajudar a definir a pegada “zero” por meio da compensação da pegada hídrica, a TNC, em parceria com o WWF-Brasil, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces), a Water Footprint Network e a Alliance for Water Stewardship (AWS), organizou o primeiro encontro sobre o tema, em 2009. Outras importantes instituições participaram do evento e contribuíram para o estabelecimento de diretrizes gerais para a criação do conceito no Brasil.

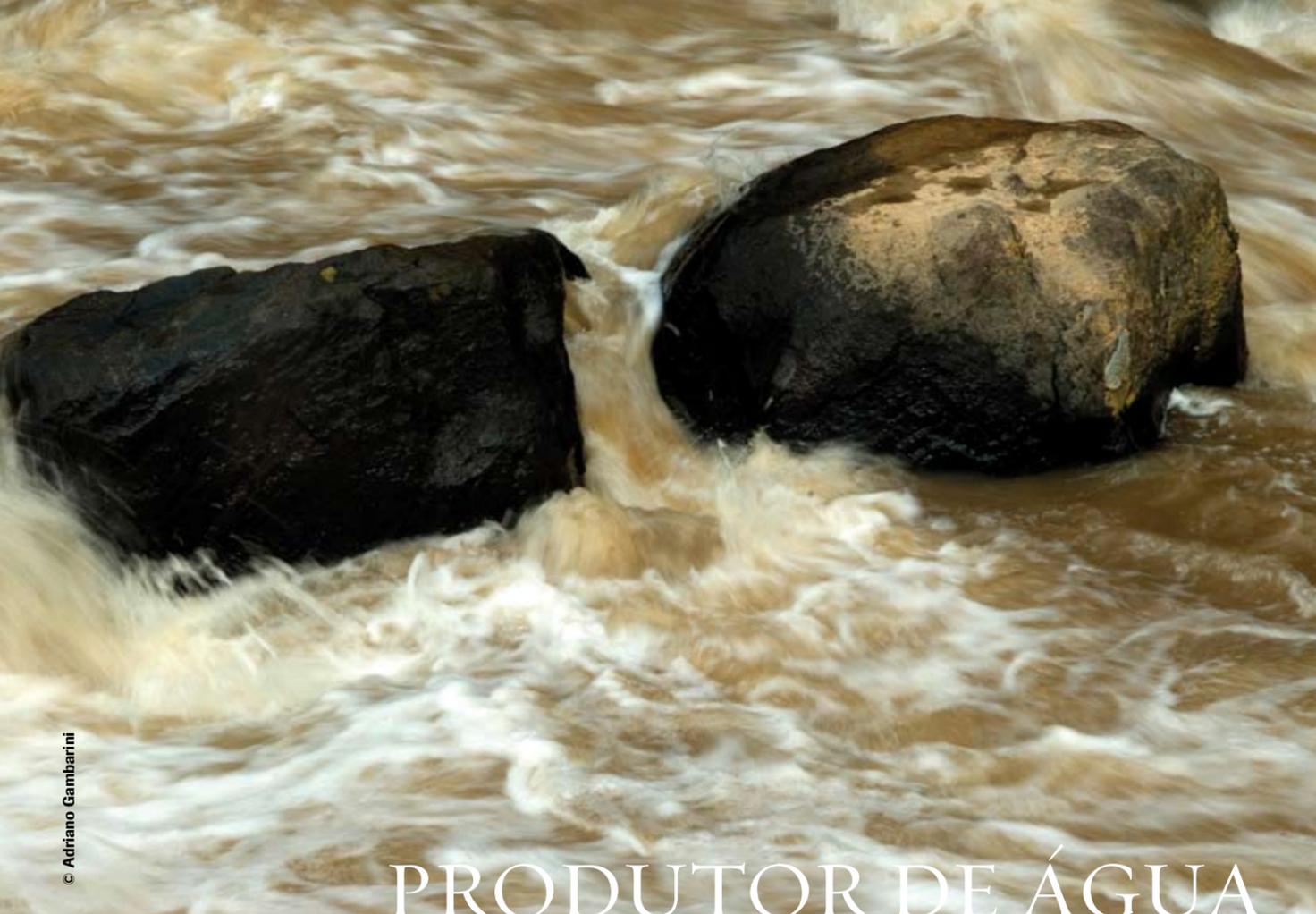
Também em 2009, a TNC apoiou a realização, pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de três oficinas de trabalho que enfocaram o tema das Ecorregiões Aquáticas e as Vazões Ambientais, desenvolvidas no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II. A TNC, referência internacional no assunto, contribuiu para auxiliar as discussões e propor abordagens que viabilizem a inclusão desses conceitos na gestão dos recursos hídricos. A contribuição também se estendeu à revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que teve como objetivo desenvolver e consolidar o enfoque ecossistêmico na gestão desses recursos, reforçando sua articulação com a gestão ambiental.

© Leandro Baumgarten/TNC



© Alexander Rose/TNC

Como esta é a primeira implementação do Produtor de Água em uma bacia no Cerrado, a TNC está investindo em um processo de priorização utilizando o conceito de Área Ativa de Rio. Para isso, elaborou mapas de priorização que indicam as áreas mais importantes para proteção da água e da biodiversidade aquática. Um trabalho de conscientização será desenvolvido com os proprietários rurais da bacia.



© Adriano Gambarini

PRODUTOR DE ÁGUA

Para valorizar a floresta em pé das propriedades que estão na bacia do rio Guandu, no município de Rio Claro (RJ), a TNC, o Instituto Terra de Preservação Ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente do RJ, o Instituto Estadual do Meio Ambiente do RJ, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e a Prefeitura Municipal de Rio Claro lançaram, em 2009, o programa Produtores de Água e Floresta, que prevê a remuneração aos produtores rurais pela restauração florestal e pela manutenção de florestas em pé em suas propriedades.

RIO GUANDU

Pioneiro no Estado do Rio de Janeiro, o projeto tem parte dos recursos para o pagamento por serviços ambientais proveniente dos grandes usuários de água da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, que é coletada pelo comitê da bacia. Os 18 primeiros proprietários rurais a aderir ao projeto já receberam seus contracheques. Outros 28 proprietários interessados no projeto estão com suas propriedades em fase de mapeamento. A restauração está em andamento em 53 hectares, enquanto 918 hectares de floresta serão conservados e mais de 10 quilômetros de cercas foram instalados para isolar áreas para restauração.

A área piloto do programa tem aproximadamente 5 mil hectares e está localizada na microbacia do rio das Pedras, situada no alto da bacia do Guandu, no município de Rio Claro, onde nasce o rio Pirai – considerado o mais importante rio do sistema Guandu. A bacia do Guandu, que também recebe água transportada do rio Paraíba do Sul, é responsável por cerca de 80% do abastecimento de água e 25% da geração de energia elétrica para a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Assim, a TNC e seus parceiros estão beneficiando aproximadamente 7 milhões de pessoas com água de qualidade e em quantidade.

O valor do serviço ambiental foi calculado de acordo com o custo de oportunidade da região, a localização e a qualidade das florestas conservadas, atingindo valores equivalentes à receita líquida que os produtores rurais teriam se utilizassem a terra para outros fins, como a pecuária de corte ou leiteira. O programa prevê, ainda, o auxílio aos proprietários para implementar sistemas de gerenciamento dos resíduos, agricultura compatível com o meio ambiente e conservação das terras e prevenção da erosão.



© Fábio Maiffei

CONSERVAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

A capacitação de lideranças indígenas para a efetiva conservação de suas áreas tornou-se uma das principais agendas da TNC no Brasil, que busca fortalecer a participação das comunidades indígenas nas discussões sobre o futuro dessas regiões. Para isso, trabalha com vários grupos no aprimoramento da gestão e do manejo das terras indígenas, evitando o desmatamento, garantindo a sustentabilidade dos povos tradicionais e promovendo políticas públicas para as terras e os povos indígenas.

BNDES e os povos indígenas

Em 2009, a TNC apoiou a realização do seminário “O BNDES e os povos indígenas”, para discutir possibilidades de colaboração entre os povos indígenas e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contribuindo para que as lideranças indígenas possam negociar a redução dos efeitos negativos de projetos apoiados pelo BNDES e explorar o potencial de apoio a projetos de interesse dos povos indígenas. No seminário, realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), foi lançada a publicação de mesmo tema, que traz, em linguagem simples, uma caracterização do BNDES e suas relações diretas com os povos indígenas e seus territórios.



Conservação e gestão de recursos naturais em TIs

A TNC deu continuidade ao projeto para a estabilização das populações de tracajás nos rios da região das comunidades indígenas do Oiapoque (AM) e, em parceria com o Instituto Peabiru, iniciou um projeto para a criação de abelhas nativas sem ferrão da Amazônia. A TNC apoia essas comunidades indígenas no desenvolvimento de capacidades e ferramentas para a etnoconservação e a etnogestão de recursos naturais importantes para as comunidades.



© Fábio Maiffei

Comitê Gestor do GEF Indígena

A TNC foi indicada pelo governo brasileiro para integrar o Comitê Gestor do projeto GEF Indígena, o que permite o acompanhamento e o monitoramento dos trabalhos de maneira eficaz. Desde 2004, a TNC vem apoiando esse projeto, desenvolvido por organizações indígenas brasileiras com o objetivo de reforçar o papel fundamental das terras indígenas na conservação da diversidade biológica e cultural dos principais biomas do País. A TNC também tem apoiado técnica e financeiramente a elaboração e a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que vem sendo desenvolvida por um grupo de trabalho interministerial formado por ICMBio, IBAMA, Funai, Ministério do Meio Ambiente e organizações indígenas.

Etnozoneamento na Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Em 2009, a TNC apoiou a criação de um laboratório de Sistema de Informação Geográfica (SIG) em Roraima. Assim, a partir do segundo semestre, teve início a utilização do etnozoneamento como ferramenta para o etnozoneamento na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esse processo contou com o apoio do técnico indígena Ilton Wapichana, formado pelo Cafí.

Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque

Em fevereiro de 2009, as comunidades indígenas do Oiapoque legitimaram seu Plano de Vida – planejamento participativo que visa sistematizar projetos de futuro, em diálogo com o Estado e parceiros atuantes na região – e definiram os próximos passos para sua implementação. Esse documento, fruto de um processo participativo de diagnóstico desenvolvido pelas comunidades indígenas, com apoio da TNC e organizações parceiras, relaciona ações e estratégias de curto a longo prazo determinadas pelas próprias comunidades para ampliar a qualidade de vida social e a sustentabilidade ambiental da terra indígena.

Alunos do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi) apresentam propostas de emendas constitucionais a congressistas.



Cursos de formação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas

Dois cursos do Programa de Capacitação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas foram realizados, em 2009, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, dando continuidade ao programa de capacitação iniciado no ano anterior por meio da assinatura de termo de parceria entre o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Ibama e a Funai, com apoio da TNC.

Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi)

Mais 21 alunos de dez estados brasileiros foram formados em 2009 pelo Cafí, iniciativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) gerenciada pela TNC. A formatura aconteceu em dezembro de 2009, totalizando 88 alunos formados desde a sua criação. Complementando as atividades realizadas em sala de aula durante o ano, os alunos do Cafí participaram de uma visita de campo no Estado de Roraima, em que puderam vivenciar as atividades do Conselho Indígena de Roraima (CIR), um importante parceiro da TNC. A programação incluiu reunião com o CIR para conhecer o trabalho da organização em defesa dos povos indígenas e visitas de campo para conhecer a experiência dos Agentes Ambientais Indígenas de Roraima, outra iniciativa apoiada pela TNC.

A TNC apoiou, ainda, a ida de quatro alunos do Cafí a Brasília, onde foram apresentadas propostas de emendas orçamentárias a congressistas brasileiros. As propostas foram desenvolvidas pelos próprios alunos durante aulas teóricas sobre o funcionamento e a participação indígena no orçamento público.



CLIMA

O ano de 2009 foi marcado pelo desenho de novos projetos e pela continuidade de importantes programas que buscam a remuneração dos serviços ambientais e a valorização da floresta em pé como formas de garantir a conservação ambiental, o desmatamento ilegal zero e o controle e a redução do desmatamento. São estes os objetivos que levam a TNC a desenvolver projetos de mitigação de mudanças do clima e de adaptação às mudanças climáticas baseada em ecossistemas.

Corredor Ecológico Monte Pascoal – Pau Brasil



© Adriano Gambarini

Em 2009 o Brasil estreou na lista de projetos ambientais validados pelo selo Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB), considerado o mais importante certificado internacional para sequestro de carbono. O projeto autenticado foi o Corredor Ecológico Monte Pascoal – Pau Brasil, no extremo sul da Bahia. A primeira propriedade restaurada no corredor foi a fazenda Monte Pascoal, de Olival José Covre, no município de Itabela. Um total de 17 hectares de área degradada foi restaurado na fazenda, por meio do plantio de mudas de árvores nativas e pela regeneração natural assistida. A meta do projeto é viabilizar a restauração de pelo menos 1.000 hectares, removendo, ao longo de 30 anos, cerca de 360 mil toneladas de dióxido de carbono da atmosfera. O projeto é uma iniciativa da The Nature Conservancy (TNC) em parceria com diversas outras organizações, como o Instituto BioAtlântica (IBio) e a Conservação Internacional (CI-Brasil). O selo CCB atesta que o projeto é capaz de, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos das mudanças climáticas, dar suporte ao desenvolvimento sustentável e conservar a biodiversidade em sua área de atuação.



Projetos piloto REDD

Em 2009, a TNC entrou na fase de desenho de seus dois projetos piloto para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) no Brasil, trabalhando ativamente no engajamento de parceiros e realizando diversos seminários e encontros estratégicos para discutir as oportunidades e os desafios na execução das iniciativas. Um extenso estudo de viabilidade identificou dois municípios estratégicos da Amazônia brasileira – São Félix do Xingu (PA) e Cotriguaçu (MT) – onde seus projetos REDD serão implementados.

Brasil entra no Clima em Copenhague

A equipe da TNC esteve presente nos debates da Conferência do Clima COP 15, em Copenhague. A representante nacional da TNC, Ana Cristina Barros, apresentou o projeto de combate às mudanças climáticas com apoio do Fundo Amazônia. Muitas contribuições para os futuros projetos de REDD, de carbono e de serviços ambientais foram valorizadas. A conferência serviu para trocar experiências, modelos e abordagens para se chegar a um acordo quanto às reduções de emissões de carbono para cada país.

Dez anos do primeiro projeto de carbono e REDD do Brasil

Um dos primeiros projetos de sequestro de carbono e redução de emissões dos gases do efeito estufa por desmatamento e degradação (REDD) no Brasil, o projeto Contra o Aquecimento Global, em Guaraqueçaba (PR), comemora, em 2009, dez anos de importantes conquistas. Formada por três projetos de carbono (reservas Morro da Mina, Rio Cachoeira e Serra do Itaqui), a iniciativa é resultado do trabalho da TNC em parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), proprietária das reservas e responsável pela implantação do projeto. A iniciativa conta com recursos e apoio da General Motors, da ChevronTexaco e da American Electric Power. Além das 370 mil toneladas de dióxido de carbono de emissões que serão evitadas ao longo de seus 40 anos e das 860 mil toneladas de carbono removidas da atmosfera por conta da restauração de áreas degradadas, o projeto tem ajudado a conservar e restaurar mais de 300 mil hectares de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e já promoveu o plantio de 650 mil mudas e a restauração de 1.500 hectares nestes dez anos. O projeto também criou 45 empregos diretos, apoiou o desenvolvimento de negócios de produção de mel, plantação de banana orgânica, operação de ecoturismo e implantação de cooperativas de mulheres para a produção de artesanato e confecção de roupas, e apoiou a construção de um Centro de Educação Ambiental, que já atendeu mais de 8 mil visitantes. Os municípios de Antonina e Guaraqueçaba também receberam repasse de recursos do ICMS Ecológico por meio das três RPPNs criadas com o projeto; somente em 2009, o valor somou R\$ 2,06 milhões.



Publicações estratégicas

A TNC apoiou a preparação e o lançamento de duas importantes publicações relacionadas à REDD: o “Casebook of REDD Projects in Latin America”, em parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), e a tradução em português do “Pequeno livro do REDD+”, lançado pelo Global Canopy Programme (GCP), que explora o alcance e o valor dos serviços prestados pelos ecossistemas florestais, além da visão dos vários países e blocos sobre a sua abordagem de REDD.

Conservar os 12% de remanescentes florestais existentes na Mata Atlântica não é suficiente para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais que a floresta presta aos mais de 112 milhões de brasileiros que nela habitam. A restauração florestal é uma importante maneira de garantir a integridade ecológica desse que é o bioma mais ameaçado do planeta.

RESTAURAÇÃO FLORESTAL



Plante um bilhão de árvores

Em 2009, 2,5 milhões de árvores foram plantadas em 200 propriedades de 31 municípios da Mata Atlântica por meio da campanha Plante um Bilhão de Árvores. Esse é o resultado do trabalho da TNC e de parceiros no grande esforço de restaurar áreas degradadas da Mata Atlântica e construir mosaicos de áreas com vegetação nativa, conectando áreas protegidas, reservas particulares e remanescentes naturais. A iniciativa envolve o plantio de mudas e sementes, a nucleação e o uso de técnicas de regeneração natural.

Projeto Cachoeira

Com apoio da Fundação Dow, em 2009 o Projeto Cachoeira restaurou um total de 48 hectares da represa Cachoeira (SP), sendo 14 em regeneração assistida e 34 com plantio de 118 mil mudas de espécies nativas. O projeto, que também visa o fortalecimento da comunidade local, trazendo benefícios sociais dentro dos padrões CCB – Clima, Comunidade e Biodiversidade –, está colaborando para a criação de uma cooperativa de plantadores para a restauração ecológica dos 377 hectares do projeto. O Projeto Cachoeira foi, também em 2009, apresentado no XIII Congresso Florestal Mundial, em Buenos Aires, Argentina, com o título “Projeto de Restauração Cachoeira: uma metodologia proposta para o planejamento de projetos de restauração ecológica”.





Conservação Planejada

A equipe de ciência da TNC oferece apoio para o desenvolvimento das atividades de conservação baseando-se na metodologia de Conservação Planejada, processo que permite a gestão adaptativa das ações de conservação direcionando estratégias para áreas de maior importância. Ações de conservação planejada oferecem melhores oportunidades de monitoramento e avaliação, além de propiciar transparência.

Desenvolvimento das estratégias

Cada uma das estratégias de conservação da TNC no Brasil foi estruturada com base em matrizes lógicas que se transvertem em cadeias de resultados dentro do software Miradi, o que permite o estabelecimento de relações transparentes entre causa e efeito, imprimindo clareza na sequência de ações necessárias para se chegar aos resultados de conservação e aos indicadores para cada um dos objetivos pretendidos.

Monitoramento de resultados

Em 2009, a equipe de Ciência da TNC, em parceria com o Museu Nacional (RJ), estabeleceu as bases para o monitoramento da biodiversidade para o projeto Produtor de Águas e Florestas na bacia do Rio Guandu (RJ). O inventário de aves e de peixes foi realizado, e o monitoramento da qualidade e do fluxo de água e do progresso na implementação dos programas de restauração vem sendo implementado pela equipe da TNC e pelos parceiros do projeto.

Ações para a conservação em terras privadas

Em 2009, a TNC estabeleceu parâmetros de qualidade cartográfica para o mapeamento dos projetos. A base de dados das propriedades rurais do município de Lucas do Rio Verde (MT) e do Oeste da Bahia está dentro desses padrões. Em Lucas do Rio Verde, as propriedades foram mapeadas em escala 1:10.000 e o banco de dados está pronto para ser repassado para o banco de dados do governo. Na Bahia, 80 propriedades já estão no banco de dados do governo.

CIÊNCIA

Desenvolvimento de ferramentas

A versão 2.0 do *software* Agrogeo já se encontra operacional. Desenvolvido pela TNC, o *software* pode ser utilizado por parceiros para quantificar o déficit da cobertura vegetal natural em propriedades rurais e reduzir os custos da adequação ao Código Florestal.

Análise de viabilidade, manejo e ameaças (VMT)

A TNC executou uma análise de VMT para, em seu planejamento da conservação, conseguir representar a efetividade de conservação dos ecossistemas amazônicos. A avaliação, iniciada em três grandes ecossistemas terrestres, chegou a 204 sistemas ecológicos, ou unidades paisagísticas, dentro do conceito utilizado pela TNC de Conservação Planejada. Os resultados, ainda preliminares, indicam que são necessários mais 43 milhões de hectares conservados para atingir a meta de conservação da TNC de 10% dos grandes ecossistemas terrestres até 2015. Dos 43 milhões de hectares, 6 milhões se encontram em áreas onde a TNC já atua e os outros 37 milhões são áreas que devem ser priorizadas. Esse trabalho já foi estendido a outros países amazônicos.





© José Tezza

Identificação e mapeamento de Áreas Estratégicas para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade do Paraná

A TNC, em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná, outras ONGs e pesquisadores do Estado, identificou as áreas estratégicas para conservação e restauração no Estado do Paraná. O trabalho resultou em uma resolução conjunta entre a Secretaria de Meio Ambiente e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e na publicação de um mapa que servirá para conjugar os esforços públicos e privados para a realização de uma gestão ambiental baseada no planejamento da paisagem e na identificação e proposição de novos mecanismos e estratégias para incentivar a conservação nessas áreas.

Fundo para a Redução de Pobreza e Serviços Ambientais

A TNC submeteu, em 2009, duas propostas colaborativas para o Fundo para a Redução de Pobreza e Serviços Ambientais do governo britânico (Espa-DIFD). As propostas envolvem diversas instituições de pesquisa inglesas, australianas, norte-americanas e brasileiras. A primeira delas visa avaliar criticamente o impacto dos recursos de compensação por redução de emissões, os fundos de água e os impactos das obras de infraestrutura sobre a biodiversidade. A segunda proposta visa à criação de capacidade para os programas de zoneamento sistemático em toda a Amazônia, por meio da implementação de programas de conservação e desenvolvimento comunitário em áreas indígenas e microbacias hidrográficas para a redução de desigualdades no acesso aos recursos e aos serviços ambientais. Essa segunda proposta tem a parceria da Universidade de Queensland (Austrália) e da iniciativa amazônica do WWF-Brasil e objetiva desenvolver o primeiro portfólio conjunto de conservação de água doce para a bacia.

Projetos para ampliação da capacidade de análise científica na Amazônia

Em 2009, a TNC iniciou, nos municípios de Paragominas e Santarém, um projeto de avaliação dos *trade-offs* de biodiversidade em paisagens funcionais. Realizado em colaboração com a Universidade de Cambridge, a Embrapa e várias universidades do Brasil, o projeto, de cerca de US\$ 300 mil, tem financiamento do Conselho de Pesquisas Ambientais do Reino Unido e do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). A proposta busca dar uma base sólida ao trabalho de conservação em terras privadas desenvolvido pela TNC, elucidando as relações entre a intensificação do uso da terra, o seu retorno econômico e os seus custos ambientais. O projeto visa, ainda, subsidiar cientificamente os processos de zoneamento econômico-ecológico em toda a Amazônia.



© Reinaldo Lourival/TNC



© Marci Eggers/TNC

Pacto pela Restauração da Mata Atlântica

A TNC e outras organizações trabalharam, em 2009, na identificação de áreas potenciais para a restauração da Mata Atlântica. De acordo com o Pacto, assinado no mesmo ano, foram consideradas prioritárias as áreas próximas a unidades de conservação, as APPs, as áreas degradadas ou com baixa aptidão agrícola, as áreas com potencial de autorrecuperação e as áreas onde existem projetos de restauração florestal no bioma. Foram identificados, ao todo, 17.453.712 hectares com potencial para a restauração florestal.

Avaliação de áreas protegidas

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e as agências estaduais de meio ambiente, a TNC avaliou o estado de conservação de cada uma das áreas protegidas brasileiras para conhecer sua situação e apontar quais estratégias prioritárias são necessárias para o fortalecimento das políticas públicas e investimentos nas áreas protegidas, bem como onde utilizá-las.

PARCEIROS

Academia

- Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)
- Faculdade Católica do Tocantins (Facto)
- Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (Lerf) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)
- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
- Universidade da Califórnia – Los Angeles (Ucla)
- Universidade de Brasília (UnB)
- Universidade de Cambridge (EUA)
- Universidade de Queensland (AUS)
- Universidade de São Paulo (USP)
- Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
- Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Institutos e Fundações Empresariais

- Alliance for Water Stewardship (AWS)
- Citigroup Foundation
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- Dream Foundation
- Dow Chemical Foundation
- Earth Foundation
- Fidelity Charitable Gift Fund
- Fundação Cargill
- Fundação Moore
- Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Governos e Órgãos de Cooperação Nacionais

- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa)
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu
- Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiá
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb)
- Emater - DF
- Embrapa
- Fundação Nacional do Índio (Funai)
- Fundo Amazônia
- Governo do Estado do Paraná
- Governo do Estado do Tocantins
- Governo do Estado de Mato Grosso
- Governo do Estado da Bahia
- Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
- Instituto Brasília Ambiental (Ibram)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF-MG)
- Instituto Estadual de Florestas do Estado do Rio de Janeiro (IEF-RJ)
- Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins (TO)

Internacionais

- Agência Alemã de Cooperação Técnica Internacional (GTZ)
- Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (USAID)
- Banco Mundial
- Conservation Ecosystem Partnership Fund (CEPF)
- Embaixada da Suíça
- Embaixada da Holanda
- Fundo Global do Meio Ambiente (GEF)
- Governo Britânico
- International Finance Corporation (IFC)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)
- Instituto Sadia de Sustentabilidade
- Meadwestvaco Foundation
- Packard Foundation
- Serviço Social da Indústria (SESI)
- Summit Foundation
- Tinker Foundation
- UPS Foundation
- Wallace Foundation
- Water Footprint Network

- Ministério da Integração Nacional
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- Ministério Público do Estado do Pará – Núcleo de Meio Ambiente
- Ministério Público do Estado do Tocantins
- Museu Nacional
- Prefeitura Municipal de Belterra (PA)
- Prefeitura Municipal de Curitiba (PR)
- Prefeitura Municipal de Extrema (MG)
- Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde (MT)
- Prefeitura Municipal de Luis Eduardo Magalhães (BA)
- Prefeitura Municipal de Piracaia (SP)
- Prefeitura Municipal de Rio Claro (RJ)
- Prefeitura Municipal de Santarém (PA)
- Prefeitura Municipal de Turvo (SC)
- Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (SAA)
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SECTMA)
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa-DF)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA)
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná (Sema)
- Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA)

PARCEIROS

Empresas

- Adecoagro
- Agrifirma
- Amaggi
- American Electric Power (AEP)
- Aracruz
- Banco do Brasil
- Bertin
- Cargill Agrícola
- Caterpillar
- Celtins/Rede
- Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira
- Ceras Johnson
- ChevronTexaco
- Dow Agrosience
- Fiagril
- Frigol

- General Motors
- IBM
- Investco
- Kraft Foods
- LMC International
- Office Depot
- Pinheiro Neto Advogados
- Rigesa/Meadwestvaco
- Sadia
- Suzano Papel e Celulose
- Syngenta
- Tyco
- Veracel
- Votorantim Celulose e Papel (VCP)
- Xerox

ONGs

- Aliança da Terra
- Aliança para a Conservação da Mata Atlântica – Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica
- Asociación Guyra Paraguay: Conservación de Aves
- Associação Caatinga
- Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia (Gaia-TO)
- Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi)
- Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia (Preserva)
- Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba)
- Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (Apio)
- Associação dos Produtores de Soja no Estado de Mato Grosso (Aprosoja)
- Associação Flora Brasil (Flora Brasil)
- Associação Macambira de Reservas Privadas de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte (Macambira)
- Associação Mico-Leão-Dourado
- Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (Amane)
- Associação Patrimônio Natural do Rio de Janeiro (APN)
- Associação Plantio Direto do Cerrado (APDC)
- BirdLife International/SAVE Brasil
- Care Internacional Brasil
- Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP)
- Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan)
- Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN)
- Conselho Indígena de Roraima (CIR)
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)
- Conservação Internacional (CI-Brasil)
- Cooperativa Agrária Mista Entre Rios (Agrária)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)

- Fundación Moises Bertoni
- Fundação Rio Verde (MT)
- Fundação SOS Mata Atlântica
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)
- Greenpeace
- Grupo Ambiental Natureza Bela
- Imafloa
- Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF)
- Instituto Água Boa
- Instituto BioAtlântica (IBio)
- Instituto Cabruca
- Instituto Centro de Vida (ICV)
- Instituto Cidade
- Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (Iesb)
- Instituto de Pesquisa Ambiental Amazônia (Ipam)
- Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé)
- Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
- Instituto Ecofuturo
- Instituto Floresta Viva (IFV)
- Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
- Instituto MaterNatura
- Instituto Peabiru
- Instituto Socioambiental (ISA)
- Instituto Terra de Preservação Ambiental
- Instituto Uiraçu
- Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)
- Sindicato de Produtores Rurais de Santarém (Sirsan)
- Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde (MT)
- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)
- Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE)
- The Woods Hole Research Center (WHRC)
- Valor Natural
- WWF-Brasil

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil
 Demonstrações de Resultado períodos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
 (Em Milhares de Reais)

	2009	2008
Receita operacional bruta	22.715	23.545
Ingresso de recursos institucionais recebidos do exterior	22.379	23.396
Doações recebidas no Brasil	336	149
Total da Receita	22.715	23.545
Despesas operacionais	(23.259)	(24.893)
Despesas com Pessoal		
Salários	(9.495)	(8.940)
Benefícios aos funcionários	(1.254)	(4.756)
Recrutamento	(1)	(37)
Encargos	(3.342)	
Despesas com Honorários e Contratos		
Contratos administrativos e de suporte operacional PF e PJ	(311)	(1.152)
Contratos de conservação com terceiros	(357)	(1.723)
Repasse a parceiros	(4.126)	(2.052)
Viagens	(1.554)	(2.802)
Comunicação	(616)	(481)
Publicidade e Eventos	(141)	(318)
Materiais e Equipamentos de Escritório	(319)	(189)
Despesas gerais de ocupação de prédio	(836)	(962)
Depreciação e amortização	(157)	(422)
Restauração Florestal		(152)
Outros		
Manutenção de veículos	(54)	(173)
Locação e Manutenção de Equipamentos	(68)	(74)
Treinamentos e Encontros	(409)	(328)
Impostos, taxas, contribuições, (Despesas)/receitas financeiras	(203)	(301)
Outras despesas gerais	(15)	(29)
Superávit (déficit) operacional líquido	(544)	(1.348)
Receitas (despesas) não operacionais		-
Ingresso de recursos recebidos por serviços prestados		-
Ingresso de recursos recebidos por servidão florestal		-
Ganho com alienação de bens		-
Receita Eventual	1	-
Déficit líquido do exercício	(543)	(1.348)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Contador
 BAKER TILLY BRASIL Rio de Janeiro
 OUTSOURCING
 CRC: RJ 004391/O - 9

Diretor Financeiro Associado
 Luis Felipe Mendes
 CPF: 577.049.962-15

Representante Legal
 Ana Cristina Fialho de Barros
 CPF: 021.113.167-92

Renata Turba Santos de Paula
 CRC: RJ 046985/O

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil
 Balanços Patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008
 (Em Milhares de Reais)

Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Ativo Circulante			Circulante		
Disponibilidades	1.522	746	Contas a pagar	266	266
Aplicações financeiras (nota 3)	518	598	Impostos e contribuições a recolher	132	970
Adiantamento a funcionários	0	-	Encargos Sociais e Trabalhistas	466	
Adiantamento para viagens	1	3	Provisão para férias	1.217	972
Adiantamento a terceiros	43	14	Contas a pagar - Projetos	1.185	
Impostos a recuperar	0	28	Outros Créditos		51
Depósitos caução	0	79			
Despesas Antecipadas	2	-			
Total do Ativo Circulante	2.086	1.469	Total do Passivo Circulante	3.266	2.259
Ativo Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Impostos a recuperar	96	96			
Total do Ativo Não Circulante	96	96			
Permanente			Patrimônio Social		
Imobilizado (nota 4)			Superávit acumulado	1.382	2.730
Terrenos	760	760	Ajustes de exerc. anteriores	(4)	
Instalações	167	167	Déficit do exercício	(543)	(1.348)
Móveis e utensílios	386	386			
Máquinas e equipamentos	136	136	Total do Patrimônio Social	835	1.382
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	10			
Softwares e equipamentos de informática	1.225	1.225			
Veículos	393	393			
Equipamentos telefônicos	70	70			
Imobilizações em andamento	279	279			
(-) Depreciações e amortizações	(1.507)	(1.350)			
Total do Ativo Permanente	1.918	2.076			
Total do Ativo	4.101	3.641	Total do Passivo	4.101	3.641

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Contador
 BAKER TILLY BRASIL Rio de Janeiro
 OUTSOURCING
 CRC: RJ 004391/O - 9

Diretor Financeiro Associado
 Luis Felipe Mendes
 CPF: 577.049.962-15

Representante Legal
 Ana Cristina Fialho de Barros
 CPF: 021.113.167-92

Renata Turba Santos de Paula
 CRC: RJ 046985/O

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

(Em Milhares de Reais)

1. Notas sobre os demonstrativos financeiros

Resumo Operacional

A despesa total em 2009 atingiu R\$ 23 milhões, contra R\$ 25 milhões em 2008. Tais despesas foram realizadas pelos programas de conservação da seguinte forma:

	2009		2008	
Ano 2009 por Programa de Conservação	R\$ ('000)	%	R\$ ('000)	%
Administração Regional da América do Sul*	7,331	32%	7,097	29%
Floresta Atlântica e Savanas Centrais	9,998	43%	11,257	45%
Amazônia	5,318	23%	4,894	20%
Representação Nacional	455	2%	1,223	5%
Depreciação e amortização	157	1%	422	2%
Total das despesas	23,259		24,893	

*Atividades relacionadas à administração da Região de Conservação da América do Sul, que incluem despesas de escritório e pessoal administrativo no escritório do Rio de Janeiro (sede regional); Relações Corporativas; além dos projetos de Ciências e ações de conservação diretamente executadas pelo escritório regional.

Contabilidade e Folha de Pagamento

A contabilidade e os pagamentos da TNC são processados pela Bakertilly Brasil, no Rio de Janeiro. A folha de pagamento é processada pela ADP Systems.

Auditorias

Periodicamente a TNC passa por processos de auditoria interna e realiza um monitoramento contínuo dos recursos repassados aos seus parceiros de conservação, o que enfatiza a preocupação da Organização com transparência e qualidade da gestão. A auditoria interna e de parceiros é realizada por auditores da Organização e tem como foco a revisão das operações tendo por base as normas e os procedimentos internos e as regras de nossos financiadores.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a. Apuração do déficit do período e reconhecimento dos ingressos institucionais.

O déficit do período é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As doações são reconhecidas contabilmente quando efetivamente recebidas do exterior ou no próprio país.

Os ingressos de recursos institucionais decorrentes de serviços são reconhecidos no resultado desde que haja significativa certeza de sua realização.

b. Práticas contábeis

A elaboração de demonstrações está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários.

d. Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 4 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

g. Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Aplicações Financeiras

2009	Rs('000)
Títulos de capitalização	518

Referem-se a títulos de capitalização da Sul América Capitalização, que representam garantias de aluguel para os escritórios da TNC para moradia de funcionários expatriados e outros transferidos de outras cidades do Brasil.

4. Depreciação

	Taxa (%) de Depreciação anual	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	0	760	0	760
Instalações	10	167	66	101
Moveis e Utensílios	10	386	114	272
Máquinas e Equipamentos	10	136	66	70
Benfeitorias em Imóveis	4	10	6	4
Software	20	91	74	15
Equip. de Processamento de Dados	20	1,133	763	370
Veículos	20	393	360	33
Equipamento de Telefonia	10	70	58	12
Imobilizado em Andamento	0	279	0	279

5. Seguros

A Organização adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos (imóveis, equipamentos e veículos) por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Escritórios da TNC no Brasil

Rio de Janeiro/RJ

Rua Lauro Muller, 116, sala 3.405
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ 22290-160
(21) 2159-2826

Brasília/DF

SRTVS Quadra 701, conjunto D, bloco A, loja 246
Brasília/DF 70340-907
(61) 3421-9135

Cuiabá/MT

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1894, Centro
Empresarial Maruanã, salas 1004 e 1005
Cuiabá/MT 78050-000
(65) 3642-6793

Curitiba/PR

Rua Padre Anchieta, 392
Mercês, Curitiba/PR 80410-030
(41) 2111-8775

Belém/PA

Avenida Nazaré, 280
Nazaré, Belém/PA 66035-170
(91) 4008-6200

brasil@tnc.org

EXPEDIENTE

Equipe de Comunicação – TNC

Alexander Rose
Leandro Ramos
Marli Santos

Coordenação editorial

Lead Comunicação e Sustentabilidade
Adriana Kfoury e Marcelo Bolzan

Projeto gráfico

Marcelo B. Almeida - Matiz Design

Revisão

Assertiva Produções Editoriais

Crédito das imagens

Capa: Haroldo Palo Jr.
Da esquerda para a direita: Luiz Costa, Haroldo Palo Jr. e Ana Garcia/TNC

Impressão

NeoBand

Tiragem

1.000 exemplares

The Nature
Conservancy 

Proteger a natureza é preservar a vida.

nature.org/brasil

SELO FSC

